

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ

DIRETORIA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA E ATENÇÃO À SAÚDE – DUVAS

GERÊNCIA DE ATENÇÃO À SAÚDE - GASM

## **MANIFESTO EM DEFESA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA E DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL**

A **Gerência de Atenção à Saúde Mental (GASM) da Secretaria Estadual de Saúde (SESAPI)** através do **Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Piauí**, juntamente com instituições governamentais, não governamentais, associação de usuários e familiares bem como sociedade civil organizada, vêm a público repudiar veementemente a proposta apresentada pelo Ministério da Saúde (MS) de rever e revogar as portarias que orientam a Política Nacional de Saúde Mental e a Rede de Atenção Psicossocial. A proposta em questão foi embasada em interesses corporativos expressos no documento da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), intitulado “**Diretrizes para um modelo de atenção integral em saúde mental no Brasil**”, que de forma autocrática ignora o diálogo, lutas e as conquistas dos segmentos envolvidos nos processos de construção da Reforma Psiquiátrica Brasileira, consolidadas ao longo de várias Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais de Saúde.

Diante das alterações propostas a Política de Saúde Mental está ameaçada e sofrerá um retrocesso sem precedentes da luta antimanicomial no Brasil, construída de maneira democrática e participativa nas últimas três décadas pelos usuários dos serviços de saúde mental do SUS, familiares, trabalhadores e gestores, dentre outros setores da sociedade civil organizada. Vale ressaltar que a sinalização de alterações na Política foi realizada sem qualquer discussão democrática nas instâncias representativas legitimadas.

O modelo proposto apresenta-se antagônico à Reforma Psiquiátrica Brasileira, trazendo no seu cerne a velha lógica centralizadora e discriminatória, contrária as disposições éticas, centradas na desinstitucionalização e no cuidado em liberdade que historicamente lutamos para conseguir. O mais agravante é que esta proposta tem sido apresentada em um momento em que se vivencia no cenário mundial uma pandemia sem precedentes. Trata-se da **maior emergência pública de saúde que a comunidade internacional enfrenta em décadas**, em que a saúde mental da população tem sofrido impacto significativo, demandando uma necessidade de ampliação dos investimentos na área da saúde mental de base territorial e comunitária.

Frente ao enorme prejuízo que essa medida significa na construção da Saúde Coletiva, Saúde Pública e Saúde Mental solicitamos: 1) a abertura do diálogo para a inserção dos usuários dos serviços de saúde mental do SUS, familiares, trabalhadores e gestores, dentre outros setores da sociedade civil organizada; 2) A apresentação de justificativa técnica com dados sociais e epidemiológicos que possam embasar tal posicionamento do Ministério da Saúde uma vez que contraria anos de pesquisas, dados sociais e epidemiológicos, ações civis e governamentais bem como o lugar de fala dos usuários e seus familiares em relação aos avanços na Política de Saúde Mental Brasileira até aqui implementada e em constante construção; e 3) Que essas discussões sejam pautadas nos princípios constitucionais aos quais o Brasil responde, para que a garantia de direitos e o histórico de luta de todos os envolvidos na construção da Política de Saúde Mental Brasileira possam ser respeitados.

Lutamos firmemente pela representação democrática e participação social nas políticas públicas! Lutamos pelo nosso Sistema Único de Saúde! Lutamos pelo cuidado em liberdade, autonomia e dignidade da pessoa humana! O Piauí não aceita nenhum passo atrás, em defesa das conquistas adquiridas em trinta anos da Reforma Psiquiátrica Brasileira e do SUS para todos os(as) Brasileiros(as)!

Gerência de Atenção à Saúde Mental/SESAPI

Grupo Condutor da RAPS-PI

Conselho Regional de Serviço Social - CRESS

Conselho Regional de Psicologia - CRP

Conselho Regional de Enfermagem - COREN

Conselho Regional de Fisioterapia - CREFITO

Conselho Estadual de Saúde - CES

Universidade Federal do Piauí - UFPI

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

Defensoria Pública do Piauí/ Núcleo de Direitos Humanos

Teresina, 29 de dezembro de 2020.